



## **Proteção de mulheres e meninas na produção de açaí em uma cooperativa de base comunitária no estado do Amapá**

*Protection of women and girls in the production of açaí in a community-based cooperative in the state of Amapá*

AMARAL, Waldileia Rendeiro da Silva<sup>1</sup>; MIRANDA, Katiuscia Fernandes<sup>1</sup>, SILVA, Jaqueline Sanches<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Instituto Internacional de Educação do Brasil, [waldileia@iieb.org.br](mailto:waldileia@iieb.org.br); Instituto Internacional de Educação do Brasil, [k.fernades@iieb.org.br](mailto:k.fernades@iieb.org.br); <sup>2</sup>Cooperativa dos produtores Agroextrativistas do Bailique e Beira Amazonas, [jaque.sanches03@gmail.com](mailto:jaque.sanches03@gmail.com)

### **RELATO DE EXPERIÊNCIA TÉCNICA**

#### **Eixo Temático: Gênero, Feminismos e Diversidades na Construção Agroecológica**

**Resumo:** Os direitos socioeconômicos das mulheres são necessários para se alcançar o desenvolvimento sustentável com justiça. O relato apresenta o processo de elaboração da política de proteção de uma Cooperativa de produtores e produtoras do açaí, no Amapá. A experiência é parte de ações desenvolvidas pelo Instituto Internacional de Educação do Brasil (IIEB), em parceria com organizações comunitárias para inclusão socioprodutiva de mulheres, com foco no debate de gênero e na busca pela garantia de direitos. A partir do processo de sensibilização para a revisão da Política da cooperativa e levantamento de informações junto ao quadro de cooperados da Amazonbai, foi possível identificar riscos e situações de violência que mulheres e meninas podem sofrer na lida das atividades produtivas, qualificando questões de gênero para o texto da política, que passa por um processo de avaliação e efetivação da ação de mitigação de riscos e de estratégias de governança em torno da sua implementação.

**Palavras-Chave:** agroextrativismo; gênero; violência

#### **Contexto**

Ações que busquem assegurar os direitos econômicos e sociais das mulheres são extremamente necessárias como condição para se alcançar o desenvolvimento sustentável com justiça. O contexto da violência a que muitas mulheres do campo estão submetidas, não é, em geral, uma questão evidenciada ou assumida nos projetos e ações de organizações mistas, compostas por homens e mulheres, de base comunitária. Em geral é um tema velado no debate do desenvolvimento e da busca de alternativas que se estabeleçam junto a sujeitos relevantes no campo, como as associações, cooperativas, sindicatos entre outros.

A violência contra as mulheres e meninas é uma realidade no estado do Amapá. Segundo o Ministério Público do Amapá (2023) dados do relatório estatístico o Estado teve 2,3 mil casos registrados de violência contra mulher em



2022 (MPA, 2023). Certamente esse quadro caracteriza formas de violação dos seus direitos humanos, atingindo-as em seus direitos à vida, à educação, à saúde, à sua capacidade produtiva e econômica, e inclusive à sua integridade física. A urgência de uma atuação que busque assegurar os direitos econômicos e sociais das mulheres é uma condição fundamental para a construção do desenvolvimento sustentável.

As atividades realizadas em 2021 pelo Instituto Internacional de Educação do Brasil (Ieb) no âmbito do projeto: Garantia de Direitos de Mulheres e meninas – caminho para a sustentabilidade, buscou contribuir para a inclusão sócio-produtiva de mulheres, com foco no debate de gênero e na garantia de seus direitos, junto aos grupos de mulheres e organizações locais dos territórios do Beira Amazonas e Bailique, no estado do Amapá. Foi a partir de ações desse projeto que foi possível realizar um trabalho em conjunto com a Cooperativa dos Produtores Agroextrativistas do Bailique e Beira Amazonas (AMAZONBAI), para revisar o texto elaborado da minuta da política de proteção a crianças, adolescentes e adultos em situação de vulnerabilidade.

Através da experiência relatada tem-se o objetivo de apresentar e dar conhecimento ao processo iniciado em 2021 de revisão da minuta da Política de Proteção da Amazonbai, com apoio do IEB, com foco na apropriação da Política por seu corpo diretivo em seus objetivos, intenções, questões-chave e na identificação dos riscos em relação a possíveis situações de violência que mulheres e meninas podem sofrer no desenvolvimento das atividades institucionais da Cooperativa; e no estabelecimento de regramentos básicos afim de dar a efetividade devida à política.

### **Descrição da Experiência**

A base dos cooperados/as da Amazonbai vivem nas regiões na Foz do Rio Macacoari, chamada de Beira Amazonas, município de Itaubal e na região do Bailique (na Foz do Rio Amazonas), pertencente ao município de Macapá. Essas regiões são dotadas de vastos recursos naturais e biodiversidade, também são muito conhecidas por sua produção de açaí (*Euterpe oleracea* Mart) (EULER, 2019, SOUSA et al, 2016). As mulheres estão presentes nos processos produtivos e econômicos, mas seu trabalho não é reconhecido e não recebe visibilidade e muitas vezes suas vozes são bem menos ouvidas do que as dos homens, a quem se reconhece com o papel central na dinâmica econômica. Reflexo disso é a menor representatividade feminina em termos de ocupação em cargos da direção das cooperativas nos territórios (IEB, 2021)

A iniciativa aqui apresentada da cooperativa da Amazonbai é parte de uma ambiência favorecida pelo Programa Economias Inclusivas, envolvendo os esforços conjunto de vários parceiros que convergem para a cidadania feminina.

Em 2021, em diálogo com a direção da Amazonbai o Ieb procurou compreender e identificar em que medida se encontrava o processo de elaboração da política de proteção, com o objetivo de colaborar com esse processo e lançar luz



sobre a situação dos riscos em relação às possíveis situações de violência que mulheres e meninas podem sofrer no desenvolvimento das atividades institucionais da cooperativa e contribuir também para pensar/construir formas de regular a política.

Para entender esse processo foram realizadas reuniões, oficinas com a direção da Amazonbai, sobretudo ouvir as produtoras cooperadas da cooperativa. O processo de escuta foi planejado inicialmente de forma presencial, mas por conta da situação da pandemia no início e 2021, as atividades foram readequadas para realizar de forma virtual. Desse modo as atividades ocorreram em 5 (cinco) etapas, oportunizando a participação de diferentes membros da cooperativa dos dois territórios.

- 1) Reunião de sensibilização, pactuação e levantamento de informações para a revisão da Política, o que envolveu entrevistas por telefone com 4 (quatro) atores-chave componentes do corpo diretivo da Amazonbai, tendo como conteúdo seu conhecimento sobre a Política existente e a forma como foi elaborada, o conhecimento sobre os principais conceitos utilizados, a compreensão acerca da estrutura interna para dar concretude à política, a identificação de sua real necessidade para a Cooperativa e seus cooperados;
- 2) Realização de 2 (dois) oficinas virtuais com a participação de 12 mulheres cooperadas como o objetivo de informar e sensibilizar as mulheres acerca da Política de salvaguardas, e identificar os riscos em relação a possíveis situações de violência que mulheres e meninas podem sofrer no desenvolvimento das atividades institucionais da Cooperativa;
- 3) Realização de Oficina virtual com o objetivo de contribuir para a sensibilização da diretoria da Amazonbai em relação ao estabelecimento de regramentos básicos para efetividade da Política;
- 4) Elaboração do vídeo (<https://www.youtube.com/watch?v=weaUvnQdedk>), a partir dos riscos identificados em algumas frentes de trabalho na relação com a cooperativa i) No manejo dos açazais e coleta do fruto do açaí; ii) Transporte e comercialização do açaí, ii) Ações de formação e reuniões, relações com organizações externas;
- 5) Diálogos com Amazonbai sobre as alterações feitas no texto da Política de Proteção e estratégias de apresentação na Assembleia.

## Resultados

Durante a 6ª Assembleia Geral Ordinária da Cooperativa, realizada em janeiro de 2022 na comunidade Arraiol, no Bailique (AP), foi apresentada a minuta da Política de Salvaguarda, com apoio do vídeo elaborado. A programação construída possibilitou dar visibilidade ao tema das salvaguardas, de mobilizar minimamente as mulheres para aderirem a esta empreitada, resultando na aprovação por unanimidade da criação de um grupo de trabalho (GT), com o papel de impulsionar



a construção participativa da Política de Proteção, com metodologia que permita coletar subsídios para a construção do texto final da PP, além disso apoiar a diretoria na sensibilização e comunicação sobre o processo, pois se projeta outros momentos de escuta com outros atores para que a política possa se aproximar mais da realidade e de fato possa

Embora a Política tenha ganhado importância no primeiro momento entre os cooperados, porém segue com o desafio de verdadeiramente ser implementada. Para isso o Grupo de Trabalho criado segue com agenda de divulgação e escuta junto aos/as associado/as para aprimoramento da política a fim de ser validada em assembleia.

### **Agradecimentos**

À Direção da Amazonbai e seus cooperados e cooperadas pela confiança e parceria.

### **Referências bibliográficas**

EULER, A. M.C; BORGES, W. L.; CASTRO, L. C.; MIRANDA, M.; LEAL, J. L. S; ALMEIDA, V. Construção participativa da Política Estadual de Agroecologia, Produção Orgânica e Sociobiodiversidade do Amapá. XI Congresso Brasileiro de Agroecologia. UFS. 2019.

MINISTERIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAPÁ. Disponível em: <https://www.mpap.mp.br/noticia/mp-ap-divulga-mapa-estatistico-da-violencia-domestica-no-a-mapa>. Acesso em: 15 de julho 2024.

SALOMÃO, R.; MARTINS H; OLIVEIRA JUNIOR, L.; SOUZA JUNIOR, C. O estado das Áreas Protegidas: Distribuição das Áreas Protegidas nos Municípios da Amazônia Legal. Belém: Imazon. 2019.

SOUSA, R.; CRUZ, R.; SILVA, R.; SILVA, F.; MORAES, M. Educação do campo na Amazônia: A experiência histórica das Escolas Famílias do estado do Amapá. Belém: Instituto Internacional de Educação do Brasil [IEB], 2016.